

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano dois mil e dez, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente.

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros.

Em representação do **Partido Social Democrata**:

Rui Pedro Dias Gonçalves, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos.

Em representação do **Partido Socialista**:

António Isidro das Neves Ferreira Marques, Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa.

Em representação do **Bloco de Esquerda**:

Maria de Fátima Conde Búzio e Henrique dos Reis Leal.

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**:

Mário Eugénio Filipe Duarte.

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal:

José Maria Lopes Terra.

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**:

Manuel Pereira Bilreiro.

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias.

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e dez minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias.

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante, que substitui Rui Vítor Pires Bragança, do Partido Social Democrata.

Deu posse a Manuel Soeiro Alves, que substitui Luis Filipe Dias Grácio, do Bloco de Esquerda.

Não tomou posse a Marisa Sofia Cordeiro Parreira, que substituía António Silvino da Costa Ferreira, da Coligação Democrática Unitária, por a mesma não ter comparecido na Sessão.

Informou ainda que, não toma posse mas está naturalmente empossado o Senhor José Maria Lopes Terra, em substituição da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, que informou antecipadamente que não poderia estar presente”-----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respectivas actas avulsas de instalação e dos respectivos juramentos por parte dos novos membros, a Senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando no uso da palavra a **Presidente da Assembleia** colocou as actas número cinco e seis à votação: -----

#### **VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO CINCO**

A acta número cinco, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata e uma do Bloco de Esquerda, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Referiu **José Baptista**: “ Duas correcções à acta número seis. A primeira é na página cinco, linha vinte e três, onde diz: “Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda” deve-se ler: “ Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.”-----

Na página seis, na linha catorze, está escrito: “nós vamos manifestar” e dever ser: “nos vamos manifestar.” -----

#### **VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO SEIS**

A acta número seis, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco abstenções, sendo duas do Partido socialista, uma do Partido Social Democrata, uma do Bloco de Esquerda e uma da Coligação Democrática Unitária, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Continuando, a Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Antes de prosseguirmos, existe um ponto a integrar na ordem dos trabalhos, cuja informação já seguiu para os senhores deputados, que é referente a uma alteração ao protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

Queria sugerir que esse ponto fosse incluído e passasse a ser o ponto número doze da ordem dos trabalhos, passando o ponto número doze a treze e o ponto treze a catorze. -----

Portanto, esta é a proposta que vou colocar à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA INCLUSÃO DE MAIS UM PONTO NA ORDEM DOS TRABALHOS:**

A inclusão de mais um ponto na ordem dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes da Juntas de Freguesia. -----

Entrou-se de seguida no período antes da ordem do dia. -----

Interveio **Henrique Leal**, que apresentou a seguinte Moção: -----

#### **MOÇÃO**

*As restrições orçamentais que, em nome do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), foram impostas às autarquias privarão, este ano, o Entroncamento de transferências do Orçamento Geral de Estado superiores a 138 mil euros. São verbas*

---

*que deveriam ser provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da comparticipação no IRS cobrado no nosso concelho.*

*Pela mesma razão, a nível distrital, as transferências do OGE para as autarquias serão reduzidas em mais de 5 milhões e meio de euros e, a nível nacional, em cerca de 100 milhões de euros. Além disso, em todo o país, serão onerados os encargos das autarquias em 34 milhões de euros, como resultado do anunciado aumento do IVA. --- Estas penalizações colocam em causa políticas de proximidade que tornam mais racional o investimento público – um euro investido nas autarquias é muito mais reproduutivo que o mesmo euro consumido na máquina burocrática do estado português, um dos estados mais centralistas da Europa.*

*Quem acaba por ser mais prejudicado são os municípios com menos recursos, privados de verbas essenciais ao investimento público de proximidade e mais gerador de emprego. Prejudicados vão ser os municíipes, sobretudo os mais carenciados.*

*Enquanto isto, aos bancos com lucros milionários continuam a ser aplicadas baixas taxas de IRC, as aplicações financeiras em off-shores continuam isentas de impostos e continuam a ser pagos ordenados e prémios obscenos a gestores e administradores.*

*Nestas circunstâncias e na defesa dos interesses dos seus municíipes, a Assembleia Municipal do Entroncamento repudia os cortes nas transferências do Orçamento Geral de Estado de 2010 para o concelho, em resultado do PEC.*

Continuando no uso da palavra referiu: “ Para referir que este PEC está a criar, não só aos cidadãos e cidadãs, como também às Autarquias um autêntico garrote, que impõe uma asfixia financeira e nós, em nome do interesse do nosso Município e dos nossos Municíipes, não podemos, nem devemos ficar calados.

É neste sentido, que apresentamos esta moção, que propõe que a Assembleia se manifeste, condene os cortes no investimento que é devido e necessário a nível local para as políticas de proximidade.”

Proseguiu **Manuel Domingues**: “ Sobre esta moção, nós lamentamos que nos estejam a ser impostos sacrifícios, que sejam impostos cortes de verbas aos Municípios, mas a verdade, é que todos nós sabemos que a crise existe, ela não é apenas nacional.

Lamentamos que efectivamente as autarquias também sejam atingidas, até porque todos nós conhecemos as dificuldades que todas as autarquias têm.

A verdade, é que os sacrifícios são exigidos a todos e portanto, as autarquias forçosamente teriam que ser penalizadas.

Penso que não adianta muito andar a lamentar e penso que temos de aceitar, as dificuldades existem e temos de nos convencer que temos de passar por estas dificuldades.

Esta moção não passa de uma lamentação, tem a sua razão de ser, mas penso que não adianta nada.”

Continuou **Mário Eugénio**: “ Pela intervenção do Partido Socialista me motivou ainda mais rapidamente a necessidade de intervir.

Se esta moção tem algum defeito ou falta alguma coisa, deveria ter ido ainda mais longe, os sacrifícios que nos estão a pedir, muitos deles poderiam ser claramente evitados e os caminhos que nos estão a propor ou a impor, não são os mais ajustados.

De qualquer forma, como esta moção tem a ver com as restrições orçamentais directamente ligadas à autarquia, nós não temos reservas em relação a ela e queríamos referir, que para além dos cortes dos fundos de que temos falado permanentemente ao longo destes tempos, a novidade agora é – e esta moção refere-o aqui com clareza – a

---

quebra prevista no IRS, que vão afectar a transferência para o Município, para além de outras medidas aplicadas no âmbito do PEC. -----

Nós não temos reservas em relação à moção, poderia ter ido um pouco mais longe, mas, o texto é simples e claro e vamos aprová-la favoravelmente. -----

Intervençao **Rui Gonçalves**: “ Tenho a mesma opinião da bancada da Coligação Democrática Unitária, acho que isto poderia ter ido um pouco mais longe. -----

Concordo em absoluto com a bancada do Partido Socialista, quando diz que os sacrifícios tinham que ser distribuídos por todos, mas pelos vistos não são, continuamos a insistir em obras faraónicas como o TGV, continuamos a falar em aeroportos, continuamos a falar em tudo, menos aquilo que devíamos falar mais, que é nas autarquias. Os estudos provam que o dinheiro mais bem gasto, é o dinheiro que se gasta nas autarquias e não no governo central. -----

Acho que esta moção poderia ter ido um pouco mais longe, no entanto concordamos em absoluto com ela e vamos votar a favor.” -----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “ Acho muito estranho a atitude do Partido Social Democrata, porque, como sabem o PEC passou com o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, por conseguinte não me parece que *bata a bota com a perdigota*, se calhar o Partido Social Democrata teria querido que isto fosse muito mais longe.” -----

Respondeu **Rui Gonçalves**: “ Só gostava de recordar ao representante do Partido Socialista, quais foram as condições que o Partido Social Democrata impôs para a assinatura do PEC, uma delas foi a cessação imediata do TGV, coisa que não aconteceu pelos vistos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação: -----

### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO**

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

Seguidamente **Rui Gonçalves** apresentou a seguinte Moção: -----

### **MOÇÃO**

*Ano após ano o problema persiste!* -----

*Ano após ano são feitas as mesmas vãs promessas!* -----

*Ano após ano tudo fica na mesma!* -----

*A Estação Ferroviária do Entroncamento carece dos mesmos problemas de segurança e de conforto para os seus utentes de que carecia há vinte anos atrás.* -----

*Porquê? Porquê, quando tantas outras estações ferroviárias da Linha do Norte, foram alvo de intervenções nestas áreas e a nossa, quiçá estratégica e operacionalmente mais importante, continua esquecida pelos responsáveis da REFER?* -----

*Será que a recente tragédia ocorrida nos Riachos não teria sido evitada com a existência de uma passagem desnivelada?* -----

*Será que só quando ocorrer uma tragédia desta magnitude no Entroncamento, se virarão para nós as já há muito devidas atenções da REFER?* -----

*Todos nós já ouvimos falar, em algum momento da nossa vida, da tão esperada e necessária remodelação da Estação Ferroviária do Entroncamento.* -----

*Todos nós, porventura, já ouvimos algum responsável da REFER mencionar que está em elaboração um plano, um projecto, porventura um sonho, para ser implementado “no mais curto espaço de tempo”.* -----

*Acontece que, na realidade, há um projecto em execução, que já foi apresentado a todos os Senhores Vereadores no fim do mandato autárquico, para a remodelação da nossa Estação Ferroviária.*

*Pois! Mas, infelizmente a mensagem actual da REFER é a de que há muitos "cortes" orçamentais. A perspectiva é que a tutela continue a adiar uma intervenção a que a população do Entroncamento e todos aqueles que utilizam a nossa Estação têm direito. É, em primeira instância, a segurança das pessoas que está em causa!*

*Também no que respeita à linha da Beira-Baixa, existe um projecto para a passagem desnivelada aprovado pela Câmara Municipal e pela REFER, mas que continua a ser só um projecto – mais do que o conforto, preocupa-nos a segurança das pessoas que continua a não ser acautelada!*

*Assim sendo, a Bancada do PSD propõe que a Mesa da Assembleia Municipal inicie as diligências necessárias para a realização de uma reunião entre este órgão e a REFER, para esclarecimento da situação da Estação Ferroviária do Entroncamento e da passagem desnivelada da linha da Beira-Baixa.*

Continuando **Rui Gonçalves** referiu: “Penso que a moção é perfeitamente clara, acho que traduz a opinião desta Assembleia.

O conforto dos seus utentes e a segurança, carecia há vinte anos e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia estava-me a dizer que era há cinquenta anos.

A verdade é só uma, a nossa estação de caminhos de ferro está para ser remodelada há vinte anos, há vinte anos que andamos sempre com a mesma conversa, com projectos, com projectos a decorrer e depois tudo se desfaz como uma névoa e ficamos todos na mesma.

É de estranhar, quando a maior parte das estações da linha do norte têm sido todas remodeladas e a nossa, curiosamente, uma estação de uma importância central, não é remodelada.

Como sabem, houve uma tragédia nos Riachos, que poderia ter sido no Entroncamento e só quem não passa pela estação é que não sabe as atrocidades que lá se cometem.”

Proseguiu **Mário Eugénio**: “Este documento vem no seguimento daquela tragédia que ocorreu muito recentemente na estação dos Riachos, é evidente que gostaríamos de aproveitar para manifestar pesar pelas vítimas, utentes e o funcionário da REFER.

No parágrafo que aí está, achamos que não é muito feliz quando se diz:”Será que só quando ocorrer uma tragédia desta magnitude no Entroncamento, se virarão para nós....”, julgo que não será pelo facto de ter ocorrido esta tragédia, que agora se irão virar para os Riachos, não acredito nisso.

Esta questão da Estação do Entroncamento já aqui foi debatida várias vezes, uma das quais, foi aquando das propostas feitas no âmbito do PIDDAC, no sentido da remodelação da Estação e que na altura o referimos e agora convém frisa-lo mais uma vez, foram chumbadas pelo Partido Social Democrata.

Infelizmente continuamos com a Estação conforme está, algumas vezes preocupávamo-nos um pouco menos, agora preocupamo-nos um pouco mais, se calhar em função da tragédia que ocorreu.

De qualquer modo, vamos aprovar a moção porque há uma necessidade de manter pressão para que a estação seja remodelada.”

**Henrique Leal** referiu:” É óbvio que nós concordamos com o conteúdo, com sentido e com o alerta que é aqui destacado e vamos também votar a favor.

No entanto, também gostaríamos de deixar aqui duas ou três considerações.

A primeira tem a ver de facto com alguma falta de senso político, estar a ligar isto com o acidente que vitimou aquelas pessoas na vizinha vila dos Riachos. -----

De facto a segurança e os problemas da Estação do Entroncamento, já foram aqui falados várias vezes, ao longo de muitos anos, recordo-me de haver uma associação que se chamava “Plataforma”, que nasceu nesta cidade precisamente para levantar, discutir e trazer para a ribalta as questões da segurança do conforto e das condições de acessibilidade da estação. -----

Um segundo apontamento, é para recordar que para além das curvas das votações do PIDDAC e outras, ao sabor dos ventos e das circunstâncias políticas, há também aqui não diria a – hipocrisia política – mas temos que ter consciência disto, de um rotativismo que tem havido, de uma alternância no poder entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, ao longo destes anos e portanto, quer os senhores queiram quer não, não podem demitir-se e abstrair-se das responsabilidades uns e outros nesta matéria. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a Senhora Presidente da Assembleia colocou a moção à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO**

A moção apresentada pelo Partido Social Democrata, foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pidiu a palavra **Célia Leal** que se referiu à circulação automóvel caótica na Rua Dom Carlos e Miguel Bombarda. -----

Atendendo a que ninguém do público quisesse intervir, a Senhora Presidente da **Assembleia**, entrou na Ordem dos Trabalhos. -----

#### **ORDEM DOS TRABALHOS**

##### **PONTO NÚMERO UM**

##### **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM TÉCNICO SUPERIOR PARA A ESCOLA DE SEGURANÇA E ENSINO RODOVIÁRIO (ESER)**

Interveio **Manuel Domingues**: “ A intervenção que nós vamos fazer, abrange todos os pontos do mesmo teor, a abertura de concursos e que vai até ao nono ponto do edital. -----

A nossa posição é idêntica sobre todos eles, portanto a intervenção que faço é comum a todos eles. -----

Mais uma vez somos confrontados com propostas que visam a contratação de novos funcionários, sempre que propostas deste tipo nos têm sido apresentadas, nós temos feito referência à necessidade de haver contenção nas despesas correntes e em particular nas despesas com pessoal. -----

Por parte do Partido Social Democrata, sempre nos tem sido dito que a contratação de novos funcionários não implica aumento da despesa com pessoal. -----

Contudo, desde de dois mil e quatro até agora houve um aumento de quarenta por cento da despesa com pessoal. -----

Analizando os documentos que nos são apresentados, sobre as contas da Autarquia, verificamos que o total das receitas correntes e de capital, apenas permitem fazer face às despesas correntes do Município. -----

Para fazer face aos compromissos assumidos com as despesas de investimento nos últimos anos, a Câmara tem recorrido sistematicamente ao endividamento. -----

Face à falta de recursos da Autarquia, não nos parece que seja possível fazer a amortização dos empréstimos já contraídos e novos investimentos ficarão seriamente comprometidos. -----

Na última reunião deste órgão, foi aprovado um protocolo feito com as Juntas de Freguesia, através do qual se fez a delegação de competências para a execução de várias tarefas, face à aprovação desse protocolo, esperávamos que a Câmara pudesse reduzir o seu quadro de pessoal e não aumentá-lo. -----

Não podemos concordar com a contratação de novos funcionários, uma vez, que muitos deles irão executar tarefas cuja responsabilidade passou a ser das Juntas de Freguesia. -----

Não consideramos correcto que se continue a aumentar a despesa com pessoal. “

Continuou **Mário Eugénio** que referiu: “ Do nosso ponto de vista, estes concursos correspondem àquilo que nós consideramos as necessidades da Autarquia. -----

Sobretudo gostaríamos de relevar um aspecto importante, que é, desta vez muito ligados a actividades operacionais. -----

Portanto, nós vamos votar favoravelmente todas estas propostas. “ -----

Prossseguiu **Henrique Leal**: “ Nós também vamos votar favoravelmente estas propostas. -----

No entanto, entendemos e estamos de acordo genericamente com o conteúdo funcional dos vários concursos que estão aqui propostos, mas pensamos que deveria haver uma informação mais explícita em relação às matérias que foram levantadas pelo deputado Senhor Mesquita, sobretudo de qual será o impacto, quer de quadro de pessoal, quer em termos de orçamento, estes concursos vão ter no conjunto da vida da Câmara. -----

Presumo que, uma boa parte dos casos, se trata não de criação de novos lugares, mas sim de abertura de concursos para substituição de pessoal que entretanto se aposentou ou saiu da Autarquia. -----

Penso que eram informações que se tivessem sido mais explícitas, talvez tivessem facilitado a nossa decisão.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Gostava de referir, que efectivamente em relação ao encargo para a Autarquia, as propostas têm essa informação na documentação que foi remetida às pessoas. -----

Respondeu **Henrique Leal**: “ Não queria saber propriamente quanto é que as pessoas iam ganhar, queria saber qual era o impacto que se tinha no conjunto das finanças e do orçamento da Câmara.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a Senhora **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número um à votação. -----

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM**

O ponto número um, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

### **PONTO NÚMERO DOIS**

### **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DO TURISMO**

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS**

O ponto número dois, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um

voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

**PONTO NÚMERO TRÊS** -----

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (CARPINTERO)** -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O ponto número três, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

**PONTO NÚMERO QUATRO** -----

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (TRACTORISTA)** -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO** -----

O ponto número quatro, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

**PONTO NÚMERO CINCO** -----

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (CONDUTOR DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS ESPECIAIS)** -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO** -----

O ponto número cinco, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

**PONTO NÚMERO SEIS** -----

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA QUATRO LUGARES DE ASSISTENTE OPERACIONAL (CANTONEIROS DE LIMPEZA)** -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS** -----

O ponto número seis, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

**PONTO NÚMERO SETE** -----

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (MECÂNICO)** -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE** -----

O ponto número sete, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

**PONTO NÚMERO OITO** -----

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PEDREIRO)** -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO** -----

---

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO**

O ponto número oito, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

### **PONTO NÚMERO NOVE**

### **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PINTOR)**

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE**

O ponto número nove, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dez da ordem dos trabalhos. -----

### **PONTO NÚMERO DEZ**

### **ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCACÃO PRÉ-ESCOLAR**

Pedi a palavra **Fátima Búzio** que referiu: “ Congratulamo-nos finalmente com a alteração do artigo terceiro, que o Bloco de Esquerda desde a primeira hora sempre o achou discriminatório. -----

Apresentámos propostas alternativas e, finalmente foi feita justiça, agora, os filhos de pais desempregados, também vão ter acesso às mesmas condições dos outros meninos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação: -----

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ**

O ponto número dez, foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

### **PONTO NÚMERO ONZE**

### **PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS ACTIVIDADES DIVERSAS – CAPÍTULO II – LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE GUARDAS-NOCTURNOS**

Não existindo pedidos de intervenção, passou-se de imediato à votação. -----

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE**

O ponto número onze, foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

### **PONTO NÚMERO DOZE**

### **PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ALTERAÇÃO À CLÁUSULA TERCEIRA**

Interveio **Mário Eugénio**: “ Não percebi aqui um aspecto, esta matéria já cá esteve na sessão de Março a pergunta que eu faço, é se nessa sessão de Março já não se sentia a necessidade de alterar esta cláusula terceira, pelos argumentos que aqui estão utilizados. -----

Por aquilo que lemos, é necessário deliberar contrariamente àquilo que estava estabelecido uma vez que deve haver retroactividade ao início do mandato, uma vez que a Junta se encontra a desempenhar aquelas competências desde aquela data. -----

Pergunto se na altura já não se sabia que estas competências estavam a ser desempenhadas desde aquela data? -----

Respondeu a Senhora Presidente da Assembleia: "Efectivamente houve um erro e portanto vamos corrigir esse erro. -----

É um assumir de que deveria ter sido feito em tempo, não aconteceu e portanto, a Freguesia e os Municipais da Freguesia não têm que ser penalizados, por uma omissão no protocolo que aprovámos aqui." -----

Passou-se de seguida à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOZE**

O ponto número doze, foi aprovado por maioria com quinze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis abstenções do Partido Socialista e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

#### **PONTO NÚMERO TREZE**

#### **DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO**

Referiu a Senhora Presidente da Assembleia: "Foi distribuída aos presentes uma proposta que já foi consensualizada em sede de Comissão Permanente, proposta essa em que faltam dois nomes, sobre os quais aguardamos confirmação. -----

O que eu peço aos senhores Deputados, é que possamos votar este documento com esses dois nomes a serem incluídos em sede da Comissão Permanente, para aquando da próxima reunião da Assembleia Municipal, possamos instalar o novo Conselho Municipal de Segurança, que segundo a legislação que o rege, tem que ser instalado nos termos do mandato." -----

Atendendo à ausência de intervenções, passou-se à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TREZE**

O ponto número treze foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **PONTO NÚMERO CATORZE**

#### **APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO**

Mário Eugénio referiu: "Dois aspectos só. -----

Um deles é um preciosismo, na página quatro, tanto quanto me parece ou eu terei lido mal, mas o que está lá escrito é foi cumprida a agenda cultural do segundo semestre. -----

Gostávamos de fazer dois comentários muito breves: -----

Um é relativo às receitas, de registar que de facto há uma queda acentuada da capacidade de executar a arrecadação de receitas. -----

É preocupante sobretudo ao nível do Imposto Municipal sobre Transacções e registar também, sobre aquilo que também não é novidade nenhuma e que vem sendo referido ao longo dos tempos, que é o IMI, é de facto uma excepção. -----

Constatar que as receitas de capital continuam nos últimos anos sempre a descer e já foi falado aqui hoje, por culpa da incapacidade de geração de receitas próprias, e pela

---

incapacidade política técnica, aproveitar fundos do QREN, que o Estado não transfere para as Autarquias. -----

Queríamos ainda dar uma nota à preocupação que temos quanto à dívida, começa a ser preocupante. -----

Nós sabemos que a actividade económica deste concelho está muito ligada à actividade da construção civil, a crise nesta actividade transmite-se um pouco também. -----

Dizer também como nota final, que sendo a dívida enorme, temos alguma preocupação que é, o peso que ela há-de ter nas futuras gerações.” -----

Prosseguiu **Henrique Leal**: “Nós também compreendemos que esta redução de receita que é aqui espelhada em vários parâmetros, era previsível, transcende os recursos próprios e a gestão própria da Autarquia. -----

Começa a ser preocupante esta incapacidade de travar este endividamento progressivo a que se tem assistido nos últimos anos.” -----

Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara**: “Queria deixar aqui um ou dois esclarecimentos, que acho que são importantes. -----

Começo já pela última parte, que é de facto a herança que estamos a deixar aos nossos vindouros e que é preocupante. Acho que a herança que estamos a deixar aos nossos vindouros, são infraestruturas que esta terra não estava devidamente infraestruturada e portanto era importante criar infraestruturas, criar condições e heranças para os nossos vindouros e isso tem custos. -----

Eu sempre disse, que quando houvesse hipóteses de ir buscar um centímo que fosse ao QREN, ou ao Terceiro Quadro Comunitário, não deixaríamos de fazer o nosso investimento. -----

De facto, também a mim me preocupa a dívida, os valores que mandámos para a DEGAL no fim do primeiro trimestre, hoje é totalmente diferente, baixámos em um milhão e meio de euros o excesso de endividamento, sem termos recebido um centímo, a não ser da escola que estamos a fazer. Temos a receber de verbas já pagas em termos do QREN, dois milhões seiscentos e cinquenta e nove mil euros, neste momento devemos novecentos e noventa e cinco mil euros e temos a receber três milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil euros, o que quer dizer, que pagando os novecentos mil euros, temos dois milhões seiscentos e cinquenta e nove mil euros a mais. -----

Neste momento, não havia excesso de endividamento, tínhamos feito as obras e estava tudo correcto, esperamos que comecem a pagar a todo o momento essas verbas. -----

Quero-vos dizer que o Entroncamento está em vigésimo terceiro lugar, dos Municípios que menos depende do orçamento do Estado, porque sempre procurou arranjar receitas próprias, se bem que elas tenham caído derivado à crise. -----

Se estamos em vigésimo terceiro lugar, isso vai-nos penalizar novamente, o Governo vai novamente premiar aqueles que mais dependem do Estado. -----

Também ouvi falar nos quarenta por cento de aumento na rubrica do pessoal, a tempo indeterminado, a maior parte do pessoal a não ser técnicos, já existiam na Câmara, estes lugares, ou são pessoas que se reformaram, ou são pessoas que não podem estar mais de três anos a contracto e temos de resolver esse problema. -----

Admira-me o Partido Socialista se ter abstido nestas votações todas, para dar um lugar a estas pessoas, quando todos nós reclamamos para nós e muito particularmente para os nossos filhos, lugares com alguma estabilidade na vida das pessoas. -----

Em relação ao IMI, todos nós sabemos que é um imposto que tem de ser pago, é um imposto que teve um aumento, havia muitas isenções a acabarem e portanto, é uma das fontes de receita desta Autarquia. -----

Em relação à estação, no fim do mandato passado e porque achei que foi vergonhoso o que se fez em eleições anteriores, a falar-se na remodelação da estação se fossem para Presidente de Câmara. -----

Pedi ao representante da REFER, que já me tinha mostrado, para reunir com os Vereadores de todos os partidos, para mostrar o que estava a ser feito. -----

Estive no Conselho de Administração da REFER, fui recebido pelo Doutor Braamcamp Sobral e ele disse-me que se ia fazer um projecto para o Entroncamento, e eu disse-lhe, que no dia que ficar alguém debaixo do comboio no Entroncamento, eu ponho-me à frente dos comboios, que há-de lá ir a televisão para me tirar de lá para fora. Eles gostam de estar sossegados nos lugares deles em Lisboa e vão fazendo as coisas que querem fazer, o que não há dúvida nenhuma, foi mentir o que o nosso Primeiro-Ministro disse e ele tem que assumir isto. Ele veio dizer a toda a população que não havia hipóteses de acabar com o Poceirão - Caia, porque já havia compromissos, com o líder do Partido Social Democrata isso foi dito depois de tratar do PEC e agora no trajecto entre Entroncamento - Vale de Santarém, andaram a levantar os estaleiros das obras todas, a estação dos Riachos - e bem dito Senhor Deputado - previa uma passagem desnivelada. -----

Este assunto hei-de tratar na próxima reunião de Câmara com os senhores Vereadores, para que, tomemos também uma posição de força sobre esta matéria e de facto, as pessoas que estão no poder, lá sentadas e que não gostam de ser incomodadas, porque assim é que se gera bem estas situações, para que tomem posições em relação ao Entroncamento. -----

Ainda há dias se falava no atravessamento de uma linha, fecharam a passagem superior ao meio, para não haver pessoas a atravessar a linha quando para o lado nascente da estação e depois quando querem apanhar um comboio do lado poente, têm que atravessar dez linhas. -----

Sobre a linha da Beira Baixa, está aprovado há dois anos um projecto que teve as alterações que a REFER entendeu, foi pago pela Câmara do Entroncamento e pela REFER e agora está lá encaixotado. -----

Portanto, à que tomar posições e nós vamos tomá-las, é só essa garantia que quero deixar à Assembleia Municipal.” -----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e quinze minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: